

# Inventário da Administração do Concelho de Sines (1840-1938)

Câmara Municipal de Sines

Arquivo Histórico Arnaldo Soledade

Fevereiro de 2007

## Sumário

Assunto	Página
Introdução	3
Quadro de classificação da Administração do Concelho de Sines	5
Descrição do Arquivo da Administração do Concelho de Sines (fundo)	7
Descrição das séries	10
Registo da Correspondência Recebida	10
Registo da Correspondência Expedida	11
Registo de Telegramas	12
Registo de Editais	13
Registo de Alvarás	14
Registo de Carros de Transporte	15
Registo de Licenças	16
Registo de Cadastros	17
Registo dos Autos de Levantados de Assistência a Soldagens de Caixões de Chumbo	18
Correspondência Recebida	19
Correspondência Recebida de Diversas Armas	20
Correspondência Recebida Confidencial	21
Editais da Administração do Concelho de Sines	22
Licenças de Funcionamento de Estabelecimentos	23
Requerimentos Para Licenças de Uso e Porte de Armas	24
Relação dos Militares Licenciados	25
Registo dos Militares com Licença	26
Relação dos Contribuintes da Taxa Militar	27
Registo de Armas de Caça	28
Registo de Trocas, Vendas ou Cedências de Armas de Caça	29
Registo de Trocas, Vendas ou Cedências de Armas de Defesa	30
Cadernetas Militares	31
Registo dos Testamentos Públicos do Concelho de Sines	32
Descrição das subdivisões da série Registo dos Testamentos Públicos	34
Registo dos Testamentos Cerrados do Concelho de Sines.	34
Cópias dos Testamentos.	35
Certidões de Óbito.	36
Auto de Abertura de um testamento Cerrado.	37
Requerimento a solicitar o registo de um testamento	38
Nota das Faltas Dadas Pelos Empregados	39



Sines Centro de Artes

Mapa Estatístico da Frequência e Aproveitamento dos Alunos	40
Extinção das Confrarias	41
Queixas e Reclamações	43
Direito de Encarte	44
Registo da Receita e Despesa dos Emolumentos Cobrados de Licenças	45
Autorizações de Pagamentos	46
Índice ideográfico	47
Índice onomástico	49
Índice de nomes de associações	50
Bibliografia consultada	51

### **Introdução**

A Administração do Concelho de Sines é um dos órgãos da administração local existentes durante o Liberalismo e até o Estado Novo. As suas funções diziam respeito à superintendência de institutos de assistência e piedade, assim como a segurança e a saúde pública, a abertura de testamentos, a inspecção de escolas públicas, a fiscalização e a cobrança das contribuições, recrutamento do exército, o abastecimento público em períodos de carestia. Desta forma o arquivo da Administração do Concelho, apesar de não ser extenso, apresenta uma documentação muito rica no que concerne ao seu conteúdo informativo.

Este inventário estrutura-se em quatro partes, assim como o inventário já publicado da Junta de Freguesia de Sines. Em primeiro lugar, publica-se o quadro de classificação que presidiu à organização intelectual da documentação, elaborado de acordo com a documentação existente e a legislação reguladora das funções e competências da Administração do Concelho de Sines. Este quadro resulta do estudo da documentação e da legislação existente.

A segunda parte é constituída pela descrição global do arquivo, ao nível do fundo, segundo a Norma Internacional de Descrição, ISAD (G)<sup>1</sup>. Segue-se a descrição do arquivo ao nível da série e, sempre que se justifique, das subséries. O elemento de informação História Administrativa e Biográfica foi registado sempre que a documentação resultasse de uma função ou competência específica. O elemento Características físicas foi registado sempre que o estado de conservação da documentação o exigiu.

Cada descrição contém a indicação do nível de descrição, a cota topográfica e o código de referência, a classificação, o título e as datas extremas e predominantes de cada unidade de descrição, o número de unidades de instalação e notas. De realçar que o elemento mais pertinente do ponto de vista informativo é, além do título e das datas, o âmbito e conteúdo. Permite ao utilizador identificar o conteúdo de cada série, nomeadamente a tipologia documental, os procedimentos administrativos, os cargos, as funções e as actividades expressas na documentação.

Finalmente, inclui-se um índice onomástico e de assuntos, elaborado a partir das descrições.

Sandra Patrício

---

<sup>1</sup> ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. 2ª edição.

### Quadro de classificação da Administração do Concelho de Sines

<i>Classe</i>	<i>Título</i>	<i>Datas extremas</i>
ADC.A.	Secretaria	
ADC.A.1.	Registo de Correspondência Recebida	1925-1937
ADC.A.2	Registo de Correspondência Expedida	1914-1937
ADC.A.2.1	Registo de Correspondência Expedida para o Governo Civil	1916-1937
ADC.A.2.2	Registo de Circulares Expedidas	1921-1927
ADC.A.3	Registo de Telegramas	1914-1937
ADC.A.4	Registo de editais da Administração do Concelho de Sines	1914-1919
ADC.A.5	Registo de Alvarás	1927-1929
ADC.A.6	Registo de Carros de Transporte (capa descolada)	1918-1928
ADC.A.7	Registo de Licenças	1916-1934
ADC.A.8	Registo de Cadastros	1916-1927
ADC.A.9	Registo dos autos levantados de assistência a soldagens de caixões de chumbo	1914-1919
ADC.A.10	Correspondência Recebida	1925-1928
ADC.A.11	Correspondência Recebida de Diversas Armas	1914-1933
ADC.A.12	Correspondência Recebida Confidencial	1918-1946
ADC.A.13	Editais da Administração do Concelho de Sines	1916-1928
ADC.A.14	Licenças de funcionamento de estabelecimentos	1934-1934
ADC.A.15	Requerimentos para licenças de uso e porte de armas	1927-1942
ADC.A.16	Relação dos Militares licenciados residentes no Concelho de Sines	1902/1940
ADC.A.17	Registo dos militares com licença	1923/1930
ADC.A.18	Relação dos contribuintes da taxa militar	1934/1942
ADC.A.19	Livro de registo de armas de caça	1931/1939
ADC.A.20	Livro de registo de trocas, vendas ou cedências de armas de caça	1931/1942
ADC.A.21	Livro de registo de trocas, vendas ou cedências de armas de defesa	

ADC.A.22	Cadernetas Militares	1919-1934 1897-1906
ADC.A.23	Registo dos testamentos do concelho de Sines	1840/1932
ADC.A.23.a	Registo dos testamentos cerrados do concelho de Sines	1914-1935
ADC.A.23.b	Cópias de testamentos	1841/1853
ADC.A.23.c	Certidões de óbito	1916/1934
ADC.A.23.d	Auto de abertura de um testamento cerrado	1915-07-22
ADC.A.23.e	Requerimento a solicitar o registo de um testamento	1923-02-17
ADC.A.24	Nota das faltas dadas pelos empregados	1914-1918
ADC.A.25	Mapa estatístico da frequência e aproveitamento	1914-1915
ADC.A.26	Extinção de confrarias	1914-1924
ADC.A.26.a	Relação dos objectos e valores pertencentes à Confraria de Nossa Senhora da Conceição	1916-03-25
ADC.A.26.b	Documentação sobre a Confraria de Nossa Senhora da Conceição	1915/1916
ADC.A.26.c	Documentação sobre a Confraria do Santíssimo Sacramento	1922-1924
ADC.A.26.d	Documentação sobre a Confraria de Nossa das Salas	1914-1915
ADC.A.27	Queixas e reclamação	1921-1928
ADC.B.	<i>Tesouraria</i>	
ADC.B.28	Direito de encarte	1916-1918
ADC.B.29	Registo da receita e despesa dos emolumentos cobrados de licenças	1916-1923
ADC.B.30	Autorizações de pagamentos	1917-1929

*Descrição do Arquivo da Administração do Concelho de Sines (fundo)*

<b>Elementos de informação</b>	Conteúdo
<b>Código de referência</b>	PT/CMSNS/AC/H
<b>Título</b>	Administração do Concelho de Sines
<b>Datas extremas</b>	1840 - 1938
<b>Nível de descrição</b>	Fundo
<b>Localização</b>	AH
<b>Nome do(s) produtor(es)</b>	Administração do Concelho de Sines
<b>História Administrativa/ biográfica</b>	<p>O administrador do concelho, nomeado pelo poder central, é uma figura criada pelo Liberalismo português com o intuito de moderar a influência dos funcionários e políticos locais nas câmaras municipais e, posteriormente, constituir uma rede de influências políticas locais em relação a um partido (o do governo), ou ao regime. É uma das magistraturas criadas na sequência da separação das funções administrativas e judiciais.</p> <p>O traço fundamental das competências do administrador do concelho, até ao Estado Novo, reside portanto na representação do poder central nos concelhos. Esta mesma função tem precedentes nos magistrados régios da Época Moderna, desde os juizes de fora aos corregedores, provedores ou ouvidores, consoante as terras fossem da jurisdição da coroa, de donatários ou dos mestrados das ordens militares.</p> <p>A legislação centralizadora de Mouzinho da Silveira (1832-1834) cria o antecessor do administrador do concelho, o Provedor, enquanto representante do poder central, dotado das competências executivas nos concelhos.</p> <p>O decreto de 18 de Julho de 1835 consagra a designação de Administrador do Concelho. O código setembrista de 1836 (31 de Dezembro) consagra-o como magistrado administrativo nomeado pelo Governo e subordinado ao Governo Civil do Distrito, pondo em prática as ordens daquele. Na prática, esta legislação, de efeito descentralizador, retira competências à Administração do Concelho para as fazer regressar às câmaras municipais, as quais voltam a ter capacidade executiva, na sequência de queixas motivadas pelos abusos dos Provedores.</p> <p>O Código Administrativo de 1842 constitui o quadro jurídico que vai fixar definitivamente a designação e as funções dos administradores do concelho, embora a sua capacidade de intervenção nos municípios varie ao longo do século XIX até às primeiras décadas do século XX.</p> <p>O Código de 18 de Março de 1842, de cariz centralizador, consagra a nomeação do administrador do concelho pelo Governador Civil do distrito a que pertence. No caso de Sines este será, até à criação do distrito de Setúbal em 1926, o de Lisboa.</p> <p>Este magistrado tem competências nos domínios fiscal; da</p>

	<p>inspecção dos estabelecimentos de beneficência, de piedade e de ensino, do policiamento; da vigilância sobre a execução das posturas e dos regulamentos municipais, bem como do recenseamento militar. Mas as funções do administrador do concelho significaram ainda a redução das competências das câmaras, já que as deliberações deste último órgão eram executadas pelo administrador do concelho. Cabia-lhe ainda nomear o regedor da paróquia.</p> <p>É este o código em vigor aquando da extinção do concelho de Sines em 1855 e da sua incorporação no concelho vizinho de Santiago do Cacém.</p> <p>Sines, agora freguesia, deixa de ter administrador do concelho. A única competência que se mantém é a relativa ao registo de testamentos, mas apenas até 1859.</p> <p>Quando o concelho é restaurado em 1914 volta a ser nomeado um magistrado para o concelho de Sines. No entanto, a implantação da República em 1910 traz algumas alterações ao quadro jurídico. Apesar da defesa do municipalismo por parte dos republicanos, a autonomia municipal não se concretizou. Em 1914, quando o concelho de Sines foi restaurado, vigorava ainda a lei nº 88 de 7 de Agosto de 1913, referente à organização administrativa do país. Será a lei nº 621 de 23 de Junho de 1916 a regular as novas funções do administrador do concelho, retomando alguns aspectos do quadro liberal, incluindo a sua nomeação pelo governo. Este quadro legal permite uma intervenção importante dos administradores do concelho, nos anos difíceis da Grande Guerra, ao nível da segurança pública e do abastecimento. Assim, o administrador do concelho emitia editais e posturas, cobrava licenças, assegurava a segurança pública e o recenseamento militar, bem como o uso e o porte de armas, o registo civil, e o controlo das associações de beneficência, a entrada e saída de géneros.</p> <p>O decreto nº 14812 de 3 de Dezembro de 1927 integra-a na Comissão executiva da Câmara Municipal, da qual o administrador do concelho é presidente. A sua secretaria e arquivo são extintos e integrados na Secção Administrativa da Câmara Municipal. Continuou-se, no entanto, a funcionar a função do Administrador do Concelho.</p> <p>A Administração do Concelho será extinta definitivamente no Estado Novo pelo Código Administrativo de 1940 (Decreto-Lei nº 31095 de 31 de Dezembro de 1940).</p>
<p><b>História custodial e arquivística</b></p>	<p>Até 1855, data da extinção do concelho de Sines, o arquivo da Administração do Concelho encontrava-se possivelmente nos paços do concelho.</p> <p>Entre 1855 e 1914 foi transferido para a Câmara Municipal de Santiago do Cacém. Foi transferido para a Administração do Concelho de Sines, cuja localização desconhecemos. Talvez por via do decreto de 31 de Dezembro de 1927 foi integrado no Arquivo da Câmara Municipal de Sines, onde hoje se encontra. Apesar da extinção do cargo, o arquivo foi mantido de forma autónoma em relação ao Arquivo da Câmara Municipal de Sines, com excepção de algumas séries que resultaram de funções transferidas para a Câmara Municipal de Sines. A documentação encontra-se no Arquivo Histórico Arnaldo Soledade.</p>
<p><b>Fonte imediata de aquisição/transferência</b></p>	<p>Incorporação em data indefinida.</p>



<b>Âmbito e conteúdo</b>	Inclui registo de editais e posturas (1914-1919), registo de correspondência recebida e expedida (1914-1937), registo das receitas e despesas (1916-1932), requerimentos para uso e porte de armas (1917-1927), queixas e reclamações (1921-1928), registo geral de testamentos (1840-1859;1914-1935), recenseamento militar (1914-1933), licenças de caça (1929-1938).
<b>Avaliação, selecção e eliminação</b>	Não houve acções intencionais de avaliação, selecção e eliminação da documentação. Os lapsos cronológicos devem-se quer à incorporação do concelho de Sines no de Santiago do Cacém quer a perdas ocorridas presumivelmente nas mudanças físicas dos serviços de arquivo.
<b>Ingressos adicionais</b>	Dado que se trata de um fundo fechado, não se prevêem ingressos adicionais.
<b>Sistema de organização</b>	O arquivo da Administração do Concelho foi organizado em 1985 segundo a tipologia documental e com uma sub-ordenação cronológica, sem se compreender a organização de origem. Algumas séries foram integradas no fundo da Câmara Municipal de Sines. A classificação actual foi estruturada de acordo com as funções fim e as funções meio. A Administração do Concelho tinha uma secção orgânica, a Secretaria, cujas funções, que correspondem a classes, eram as seguintes: expediente, contabilidade, segurança pública, registo de testamentos, instrução primária e recenseamento militar.
<b>Condições de acesso</b>	A documentação nominal está protegida pela seguinte legislação: Lei nº94/99 de 16 de Junho; Lei nº 67/98 de 26 de Outubro; Lei nº 107/2001 de 8 de Setembro.
<b>Condições de reprodução</b>	O acesso está restrito às condições de conservação dos documentos. O único meio de reprodução permitido é a digitalização.
<b>Instrumentos descrição</b>	Quadro de classificação da Administração do Concelho de Sines.
<b>Unidades de descrição relacionadas</b>	Câmara Municipal de Sines. Junta de Freguesia de Sines.
<b>Notas</b>	As datas predominantes são 1914-1938, com excepção da série Registo de Testamentos, que tem início em 1840.
<b>Nota do arquivista</b>	Sandra Patrício
<b>Regras/Convenções</b>	ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. 2ª edição.
<b>Data da descrição</b>	2006-12-07
<b>Descritores</b>	Tipologia Documental/Administrador do Concelho de Sines/Liberalismo/Segurança Pública/Abastecimento/Edital/Testamento/Administração Local/Ensino
<b>Cota</b>	H/D11/1

## Descrição de séries

### 1- Registo de Correspondência Recebida

<b>Código de referência</b>	PT/CMSNS/ADC/H/A/1
<b>Título</b>	<b>Registo de Correspondência Recebida pela Administração do Concelho de Sines</b>
<b>Datas extremas</b>	1925 – 1937
<b>Nível de descrição</b>	Série
<b>Dimensão e suporte</b>	Três livros e um caderno.
<b>Âmbito e conteúdo</b>	O registo da correspondência recebida inclui o número de ordem, a data, o remetente e o assunto da correspondência. Inclui o registo de ofícios confidenciais (1916-1935), o qual contém a data, o remetente e a transcrição integral dos ofícios recebidos. Permite a pesquisa por data de recepção.
<b>Sistema de organização</b>	Esta série está organizada de acordo com a função e sub-ordenada por ordem cronológica.
<b>Condições de reprodução</b>	O acesso está restrito às condições de conservação dos documentos. O único meio de reprodução permitido é a digitalização.
<b>Nota do arquivista</b>	Sandra Patrício
<b>Regras ou convenções</b>	ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. 2ª edição.
<b>Data da descrição</b>	2007-01-17
<b>Descritores</b>	Registo de correspondência / Correspondência recebida/Tipologia Documental
<b>Cota</b>	H/D11/1/C/2
<b>Classificação</b>	ADC.A.1.

## 2- Registo de correspondência expedida

<b>Código de referência</b>	PT/CMSNS/ADC/H/A/2
<b>Título</b>	<b>Registo de Correspondência Expedida pela Administração do Concelho de Sines</b>
<b>Datas extremas</b>	1914 – 1937
<b>Nível de descrição</b>	Série
<b>Dimensão e suporte</b>	Vinte e cinco copiadores e livros de registo.
<b>Âmbito e conteúdo</b>	Os livros de registo contêm a data, a transcrição dos ofícios e o destinatário. Os copiadores contêm cópias integrais dos ofícios através de decalque. Contém uma subsérie, o registo de correspondência expedida para o Governador Civil do Distrito de Setúbal. É possível a pesquisa por data de entrada do documento.
<b>Sistema de organização</b>	Contém uma subsérie, a Correspondência Excedida para o Governador Civil do Distrito de Setúbal. Outra subsérie é o registo das circulares expedidas. Sub-ordenação por ordem cronológica e ordenação por tipologia documental.
<b>Condições de reprodução</b>	O acesso está restrito às condições de conservação dos documentos. Não é permitida a reprodução dos documentos.
<b>Notas</b>	Os copiadores são documentos frágeis e algumas páginas têm rasgões.
<b>Nota do arquivista</b>	Sandra Patrício
<b>Regras ou convenções</b>	ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. 2ª edição.
<b>Data da descrição</b>	2007-01-17
<b>Descritores</b>	Registo de correspondência / Correspondência expedida / Tipologia Documental
<b>Cota</b>	H/D11/1/C/2
<b>Classificação</b>	ADC.A.2.

### 3- Registo de telegramas

<b>Código de referência</b>	PT/CMSNS/ADC/H/A/3
<b>Título</b>	<b>Registo de telegramas da Administração do Concelho de Sines</b>
<b>Datas extremas</b>	1914 – 1937
<b>Nível de descrição</b>	Série
<b>Dimensão e suporte</b>	Três copiadores.
<b>Âmbito e conteúdo</b>	Os copiadores de telegramas contêm cópias integrais dos telegramas enviados. As cópias foram feitas através de decalque. É possível a pesquisa através da data de entrada.
<b>Sistema de organização</b>	A ordenação principal é funcional e a sub-ordenação é cronológica.
<b>Condições de reprodução</b>	O acesso está restrito às condições de conservação dos documentos. O único meio de reprodução permitido é a digitalização.
<b>Notas</b>	Os copiadores são documentos frágeis e algumas páginas têm rasgões.
<b>Nota do arquivista</b>	Sandra Patrício
<b>Regras ou convenções</b>	ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. 2ª edição.
<b>Data da descrição</b>	2007-01-17
<b>Descritores</b>	Administrador do Concelho / Telegrama / Correspondência/ Tipologia Documental
<b>Cota</b>	H/D11/1/D/1
<b>Classificação</b>	ADC.A.3.

#### 4 – Registo de editais

<b>Código de referência</b>	PT/CMSNS/ADC/H/A/4
<b>Título</b>	<b>Registo de Editais da Administração do Concelho de Sines</b>
<b>Datas extremas</b>	1914 – 1919
<b>Nível de descrição</b>	Série
<b>Dimensão e suporte</b>	Um livro.
<b>História administrativa/biográfica</b>	Os editais são documentos que tornam públicas decisões e actos públicos. Dadas as funções do Administrador do Concelho de âmbito público, como no que respeita ao abastecimento público, o licenciamento de viaturas, tabelas dos preços, o registo dos editais permitia documentar o cumprimento destas funções.
<b>Âmbito e conteúdo</b>	Contém as transcrições dos editais da Administração do Concelho, no que respeita aos serviços públicos, abastecimento público, higiene e saúde públicas, recrutamento militar, emigração, trânsito na via públicas, ordem pública, recenseamento do gado, licenciamento de viaturas, tabela dos preços dos cereais, matrículas de panificadores, eleições de comissões venatórias, eleição da comissão eleitoral do concelho. Os editais tornam públicas as decisões do Administrador do Concelho a este respeito e dão-lhe validade.
<b>Sistema de organização</b>	O livro está organizado por ordem cronológica. Cada edital apresenta um número de ordem.
<b>Condições de reprodução</b>	O acesso está restrito às condições de conservação dos documentos. O único meio de reprodução permitido é a digitalização.
<b>Nota do arquivista</b>	Sandra Patrício
<b>Regras ou convenções</b>	ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. 2ª edição.
<b>Data da descrição</b>	2007-01-17
<b>Descritores</b>	Edital / Tipologia Documental / Registo
<b>Cota</b>	H/D11/1/D/1
<b>Classificação</b>	ADC.A.4.

## 5- Registo de alvarás

<b>CÓDIGO DE REFERÊNCIA:</b>	PT/CMSNS/ADC/H/A/5
<b>Título</b>	<b>Registo de Alvarás da Administração do Concelho de Sines</b>
<b>Datas extremas</b>	1927 – 1929
<b>Nível de descrição</b>	Série
<b>Dimensão e suporte</b>	1 caderno.
<b>História administrativa/biográfica</b>	Os alvarás são diplomas em que se licenciam actividades e fazem-se concessões. Os alvarás emitidos pela Administração do Concelho licenciam actividades e o funcionamento de estabelecimentos. Alguns não são emitidos pela Administração do Concelho, mas cabe-lhe divulgar o alvará.
<b>Âmbito e conteúdo</b>	Cada registo de alvará apresenta um número de ordem, a data do registo, a data do alvará, a autoridade emissora, a entidade a quem foi passado, o acto que autoriza e observações.
<b>Sistema de organização</b>	Organização por ordem funcional e cronológica
<b>Condições de reprodução</b>	O acesso está restrito às condições de conservação dos documentos. O único meio de reprodução permitido é a digitalização.
<b>Notas</b>	Contém somente quatro registos.
<b>Nota do arquivista</b>	Sandra Patrício
<b>Regras ou convenções</b>	ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. 2ª edição.
<b>Data da descrição</b>	2007-01-17
<b>Descritores</b>	Tipologia Documental / Alvará
<b>Cota</b>	H/D11/1/D/2
<b>Classificação</b>	ADC.A.5.

## 6. Registo de carros de transporte

<b>Código de referência</b>	PT/CMSNS/ADC/H/A/6
<b>Título</b>	<b>Registo de Carros de Transporte da Administração do Concelho de Sines</b>
<b>Datas extremas</b>	1916 – 1928
<b>Nível de descrição</b>	Série
<b>Dimensão e suporte</b>	Dois livros.
<b>História administrativa/biográfica</b>	O registo dos carros de transporte é, em conjunto com os registos de canídeos e de licenças, uma das atribuições do Administrador do Concelho no sentido da fiscalização da circulação rodoviária.
<b>Âmbito e conteúdo</b>	Cada registo contém um número de ordem, a data do registo, o nome e a morada do munícipe e observações.
<b>Sistema de organização</b>	Organização funcional. Ordenado por ordem cronológica e por número de ordem.
<b>Cond. de reprodução</b>	O acesso está restrito às condições de conservação dos documentos. O único meio de reprodução permitido é a digitalização.
<b>Nota do arquivista</b>	Sandra Patrício
<b>Regras ou convenções</b>	ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. 2ª edição.
<b>Data da descrição</b>	2007-01-17
<b>Descritores</b>	Registo / Viatura / Carro de Transporte
<b>Descrição física</b>	O primeiro livro apresenta vários cadernos descosidos.
<b>Cota</b>	H/D11/1/D/2
<b>Classificação</b>	ADC.A.6.

## 7- Registo de Licenças

<b>CÓDIGO DE REFERÊNCIA</b>	PT/CMSNS/ADC/H/A/7
<b>Título</b>	<b>Registo de Licenças da Administração do Concelho de Sines</b>
<b>Datas extremas</b>	1916 – 1934
<b>Nível de descrição</b>	Série
<b>Dimensão e suporte</b>	Um livro.
<b>Âmbito e conteúdo</b>	Cada registo contém um número de ordem, o nome do munícipe, a morada, a qualidade da licença, o período de validade, o selo pago, a importância do emolumento e a data em que a licença foi concedida.
<b>Sistema de organização</b>	Organização funcional. Sub-ordenação cronológica.
<b>Condições de reprodução</b>	O acesso está restrito às condições de conservação dos documentos. O único meio de reprodução permitido é a digitalização.
<b>Nota do arquivista</b>	Sandra Patrício
<b>Regras ou convenções</b>	ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. 2ª edição.
<b>Data da descrição</b>	2007-01-17
<b>Descritores</b>	Registo / Tipologia Documental / Licença
<b>Descrição física</b>	O livro foi colado com cola branca. É necessário algum cuidado no seu manuseamento.
<b>Cota</b>	H/D11/1/D/3
<b>Classificação</b>	ADC.A.7.



## 8- Registo de cadastros

<b>Código de referência</b>	PT/CMSNS/ADC/H/A/8
<b>Título</b>	<b>Registo de Cadastros da Administração do Concelho de Sines</b>
<b>Datas extremas</b>	1916 – 1927
<b>Nível de descrição</b>	Série
<b>Dimensão e suporte</b>	Um livro de registo.
<b>História administrativa/biográfica</b>	Um das funções do Administrador do concelho, segundo a Lei nº621 de 23 de Junho de 1916, consistia na manutenção da ordem e da segurança públicas. Esta série tinha como objectivo registar todos os munícipes com um passado criminal.
<b>Âmbito e conteúdo</b>	Registo individual do cadastrado, estado civil, idade, residência, registo das actividades desenvolvidas ilegais e criminosas e data do registo.
<b>Sistema de organização</b>	Organização funcional. Os registos estão ordenados por ordem e data de registo.
<b>Condições de reprodução</b>	Dado que a documentação contém informação nominal, não pode ser reproduzida, a não ser que seja possível eliminar a informação nominal a reprodução.
<b>Nota do arquivista</b>	Sandra Patrício
<b>Regras ou convenções</b>	ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. 2ª edição.
<b>Data da descrição</b>	2007-01-17
<b>Descritores</b>	Registo / Cadastro / Segurança Pública
<b>Cota</b>	H/D11/1/D/2
<b>Classificação</b>	ADC.A.8.

### 9-Registo dos Autos Levantados de Assistência a Soldagens de Caixões de Chumbo

<b>CÓDIGO DE REFERÊNCIA</b>	PT/CMSNS/ADC/H/A/9
<b>Título</b>	<b>Registo dos Autos Levantados de Assistência a Soldagens de Caixões de Chumbo</b>
<b>Datas extremas</b>	1914 – 1919
<b>Nível de descrição</b>	Série
<b>Dimensão e suporte</b>	1 Caderno
<b>História administrativa/biográfica</b>	A higiene e a saúde públicas são funções do Administrador do Concelho consignadas na legislação republicana: lei nº 88 de 7 de Agosto de 1913, lei nº 621 de 23 de Junho de 1916. Competia-lhe assegurar a higiene e salubridade dos enterramentos.
<b>Âmbito e conteúdo</b>	Cada registo é composto por um auto em que compareciam o Delegado de Saúde, o Administrador do Concelho, em que se regista a assistência da soldagem dos caixões de chumbo e o enterramento de acordo com as normas de higiene pública. O registo é acompanhado por selos comprovativos do pagamento de emolumentos.
<b>Sistema de organização</b>	Ordenação funcional e sub-ordenação cronológica.
<b>Condições de reprodução</b>	Dado que a documentação contém informação nominal, não pode ser reproduzida, a não ser que seja possível ocultar a mesma na reprodução.
<b>Nota do arquivista</b>	Sandra Patrício
<b>Regras ou convenções</b>	ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. 2ª edição.
<b>Data da descrição</b>	2007-01-17
<b>Descritores</b>	Serviços públicos / Saúde Pública / Registo
<b>Data de entrada</b>	20070117
<b>Cota</b>	H/D11/1/D/2
<b>Classificação</b>	ADC.A.9.

## 10- Correspondência recebida

<b>Código de referência</b>	PT/CMSNS/ADC/H/A/10
<b>Título</b>	<b>Correspondência Recebida da Administração do Concelho de Sines</b>
<b>Datas extremas</b>	1925 – 1928
<b>Nível de descrição</b>	Série
<b>Dimensão e suporte</b>	Um maço.
<b>Âmbito e conteúdo</b>	Correspondência recebida de várias entidades, como o Ministério das Finanças, o Governo Civil de Lisboa, o Governo Civil de Setúbal.
<b>Sistema de organização</b>	Organização funcional e por tipologia documental. Sub-ordenação cronológica.
<b>Condições de reprodução</b>	O acesso está restrito às condições de conservação dos documentos. O único meio de reprodução permitido é a digitalização.
<b>Nota do arquivista</b>	Sandra Patrício
<b>Regras ou convenções</b>	ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. 2ª edição.
<b>Data da descrição</b>	2007-01-17
<b>Descritores</b>	Correspondência recebida/ Tipologia Documental
<b>Cota</b>	H/D11/D/2/4
<b>Classificação</b>	ADC.A.10

### 11- Correspondência recebida de diversas armas

<b>Código de referência</b>	PT/CMSNS/ADC/H/A/11
<b>Título</b>	<b>Correspondência Recebida de Diversas Armas pela Administração do Concelho de Sines</b>
<b>Datas extremas</b>	1914 - 1922
<b>Nível de descrição</b>	Série
<b>Dimensão e suporte</b>	Um Maço
<b>Âmbito e conteúdo</b>	Correspondência recebida do Serviço de Recenseamento de Animais e Veículos, Regimento de Infantaria ou o Governo Civil de Lisboa.
<b>Sistema de organização</b>	Organizado funcional e sub-ordenação cronológica.
<b>Condições de reprodução</b>	O acesso está restrito às condições de conservação dos documentos. O único meio de reprodução permitido é a digitalização.
<b>Nota do arquivista</b>	Sandra Patrício
<b>Regras ou convenções</b>	ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. 2ª edição.
<b>Data da descrição</b>	2007-01-17
<b>Descritores</b>	Correspondência recebida/Tipologia Documental
<b>Cota</b>	H/D11/1/D/3/5
<b>Classificação</b>	ADC.A.11.

## 12- Correspondência recebida confidencial

<b>Código de referência</b>	PT/CMSNS/ADC/H/A/12
<b>Título</b>	<b>Correspondência Recebida Confidencial recebida pela Administração do Concelho de Sines</b>
<b>Datas extremas</b>	1918 – 1937
<b>Nível de descrição</b>	Série
<b>Dimensão e suporte</b>	Três maços.
<b>História administrativa/biográfica</b>	A Administração do Concelho tinha funções que, pela sua natureza, tinham como consequência a produção de séries confidenciais, como a segurança pública e nacional, a saúde pública, a representação do poder central no concelho no que respeita à censura.
<b>Âmbito e conteúdo</b>	Correspondência confidencial recebida do Governo Civil do Distrito de Lisboa, Polícia de Segurança do Estado, diversas armas e entidades sobre assuntos como a segurança pública e a segurança nacional, a censura e a detenção de indivíduos.
<b>Sistema de organização</b>	Organização funcional e sub-ordenação cronológica.
<b>Condições de reprodução</b>	O acesso está restrito às condições de conservação dos documentos. O único meio de reprodução permitido é a digitalização.
<b>Nota do arquivista</b>	Sandra Patrício
<b>Regras ou convenções</b>	ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. 2ª edição.
<b>Data da descrição</b>	2007-01-17
<b>Descritores</b>	Correspondência Confidencial/ Correspondência/Tipologia Documental
<b>Cota</b>	H/D11/1/D/5-6
<b>Classificação</b>	ADC.A.12.

13 – Editais da Administração do Concelho de Sines

<b>Código de referência</b>	PT/CMSNS/ADC/H/A/13
<b>Título</b>	<b>Editais da Administração do Concelho de Sines</b>
<b>Datas extremas</b>	1927 – 1942
<b>Nível de descrição</b>	Série
<b>Dimensão e suporte</b>	Um maço.
<b>Âmbito e conteúdo</b>	Contém as transcrições dos editais da Administração do Concelho, no que respeita aos serviços públicos, abastecimento público, higiene e saúde públicas, recrutamento militar, emigração, trânsito na via pública, ordem pública, recenseamento do gado, licenciamento de viaturas, tabela dos preços dos cereais, matrículas de panificadores, eleições de comissões venatórias, eleição da comissão eleitoral do concelho.
<b>Sistema de organização</b>	Organização funcional e sub-ordenação cronológica.
<b>Condições de reprodução</b>	O acesso está restrito às condições de conservação dos documentos. O único meio de reprodução permitido é a digitalização.
<b>Nota do arquivista</b>	Sandra Patrício
<b>Regras ou convenções</b>	ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. 2ª edição.
<b>Data da descrição</b>	2007-01-17
<b>Descritores</b>	Edital / Tipologia Documental / Serviços públicos / Saúde Pública
<b>Data de entrada</b>	20070117
<b>Cota</b>	H/D11/1/D/3
<b>Classificação</b>	ADC.A.13.

#### 14- Licenças de funcionamento de estabelecimentos

<b>Código de referência</b>	PT/CMSNS/ADC/H/A/14
<b>Título</b>	<b>Licenças de Funcionamento de Estabelecimentos</b>
<b>Datas extremas</b>	1934/06/01 - 1934/06/09
<b>Nível de descrição</b>	Série
<b>Dimensão e suporte</b>	Um maço.
<b>História administrativa/biográfica</b>	Duas das funções do Administrador do concelho são assegurar a higiene e a segurança públicas e licenciar estabelecimentos comerciais, recreativos e educativos. Esta é uma função herdada do Provedor do Antigo Regime e que será transferida para os Governos Cívicos e as Câmaras Municipais.
<b>Âmbito e conteúdo</b>	Contém licenças de funcionamento do Centro Recreativo Sineense, da Sociedade Recreativa Sineense e o Clube Oceano, e a relação das licenças emitidas.
<b>Sistema de organização</b>	Organização funcional e sub-ordenação cronológica.
<b>Condições de reprodução</b>	O acesso está restrito às condições de conservação dos documentos. O único meio de reprodução permitido é a digitalização.
<b>Nota do arquivista</b>	Sandra Patrício
<b>Regras ou convenções</b>	ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. 2ª edição.
<b>Data da descrição</b>	2007-01-17
<b>Descritores</b>	Licença/Associação/Centro Recreativo Sineense/Sociedade Recreativa Sineense/Clube Oceano
<b>Data de entrada</b>	20070117
<b>Cota</b>	H/D11/1/D/3
<b>Classificação</b>	ADC.A.14.

### 15- Requerimentos para licenças de uso e porte de armas

<b>Código de referência</b>	PT/CMSNS/ADC/H/A/15
<b>Título</b>	Requerimentos Para Licenças de Uso e Porte de Armas
<b>Datas extremas</b>	1917 – 1928
<b>Nível de descrição</b>	Série
<b>Dimensão e suporte</b>	Sete maços.
<b>História administrativa/biográfica</b>	Um das funções do Administrador do Concelho, segundo a Lei nº621 de 23 de Junho de 1916, consistia na manutenção da ordem e da segurança públicas. Esta série tinha como objectivo licenciar e registar todas as armas de caça, recreio e de defesa utilizadas no concelho. O requerimento consistia num pedido de licenciamento da posse de uma arma.
<b>Âmbito e conteúdo</b>	Cada requerimento contém a identificação do munícipe, e o pedido de uma licença de utilização de uma arma para a caça e uma certidão de como foi feito o registo. Contém ainda pedidos de renovação da licença.
<b>Sistema de organização</b>	Organização funcional e sub-ordenação cronológica.
<b>Condições de reprodução</b>	O acesso está restrito às condições de conservação dos documentos. O único meio de reprodução permitido é a digitalização.
<b>Nota do arquivista</b>	Sandra Patrício
<b>Regras ou convenções</b>	ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. 2ª edição.
<b>Data da descrição</b>	2007-01-17
<b>Descritores</b>	Caça / Licença / Licença de uso e porte de arma / Tipologia Documental
<b>Cota</b>	H/D11/1/D/3
<b>Classificação</b>	ADC.A.15.



## 16- Relação dos militares licenciados

<b>Código de referência</b>	PT/CMSNS/ADC/H/A/16
<b>Título</b>	<b>Autorizações de pagamentos</b>
<b>Datas extremas</b>	1920 – 1929
<b>Nível de descrição</b>	Série
<b>Dimensão e suporte</b>	Dois maços.
<b>Âmbito e conteúdo</b>	Cada folha de pagamento contém um número de ordem, categorias profissionais, nomes de funcionários, data do diploma da nomeação, data de data de diploma de exoneração, total dos vencimentos mensais, número dos dias com direito a abono, importância da melhoria de vencimento e observações.
<b>Sistema de organização</b>	Ordenação funcional e sub-ordenação cronológica.
<b>Condições de reprodução</b>	O acesso está restrito às condições de conservação dos documentos. O único meio de reprodução permitido é a digitalização.
<b>Nota do arquivista</b>	Sandra Patrício
<b>Regras ou convenções</b>	ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. 2ª edição.
<b>Data da descrição</b>	2007-02-01
<b>Descritores</b>	Tipologia Documental / Autorizações de pagamentos / Despesa
<b>Cota</b>	H/D11/D/4
<b>Classificação</b>	ADC.A.16

### 17-Registo dos militares com licença

<b>Código de referência</b>	PT/CMSNS/ADC/H/A/17
<b>Título</b>	<b>Registo dos Militares com Licença da Administração do Concelho de Sines</b>
<b>Datas extremas</b>	1923 – 1930
<b>Nível de descrição</b>	Série
<b>Dimensão e suporte</b>	Um caderno.
<b>História administrativa/biográfica</b>	A legislação republicana atribui ao administrador do concelho a função de assegurar o recenseamento e o recrutamento militares. Esta documentação regista todos os militares do concelho com licença para suspender temporariamente a vida militar.
<b>Âmbito e conteúdo</b>	O caderno regista os militares com licença. De cada registo consta o nome, a matrícula, o número do regimento, as datas em que vigora a licença e outras observações.
<b>Sistema de organização</b>	Organização funcional e sub-ordenação cronológica.
<b>Condições de reprodução</b>	O acesso está restrito às condições de conservação dos documentos. O único meio de reprodução permitido é a digitalização.
<b>Notas</b>	O caderno está preenchido somente até à terceira página.
<b>Nota do arquivista</b>	Sandra Patrício
<b>Regras ou convenções</b>	ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. 2ª edição.
<b>Data da descrição</b>	2007-01-25
<b>Descritores</b>	Recenseamento militar / Registo
<b>Cota</b>	H/D11/D /5
<b>Classificação</b>	ADC.A.17.

## 18 – Relação dos contribuintes da taxa militar

<b>CÓDIGO DE REFERÊNCIA</b>	PT/CMSNS/ADC/H/A/18
<b>Título</b>	<b>Relação dos Contribuintes da Taxa Militar da Administração do Concelho de Sines</b>
<b>Datas extremas</b>	1931 – 1942
<b>Nível de descrição</b>	Série
<b>Dimensão e suporte</b>	Um maço
<b>História administrativa/biográfica</b>	A legislação republicana atribui ao administrador do concelho a função de assegurar o recenseamento e o recrutamento militares. Esta série regista todos os cidadãos contribuintes da taxa militar. São obrigados a pagar a taxa militar os cidadãos que foram dispensados do serviço militar.
<b>Âmbito e conteúdo</b>	O registo contém o número de ordem, o ano, a freguesia e o concelho do recenseamento, o número de ordem no livro de recrutamento, a importância da taxa, a data do pagamento e observações. Cada folha era assinada pelo Administrador do Concelho.
<b>Sistema de organização</b>	Organização funcional e sub-ordenação cronológica.
<b>Condições de reprodução</b>	O acesso está restrito às condições de conservação dos documentos. O único meio de reprodução permitido é a digitalização.
<b>Nota do arquivista</b>	Sandra Patrício
<b>Regras ou convenções</b>	ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. 2ª edição.
<b>Data da descrição</b>	2007-01-25
<b>Descritores</b>	Recenseamento militar / Taxa Militar
<b>Cota</b>	H/D11/D /5
<b>Classificação</b>	ADC.A.18.

### 19- Registo de armas de caça

<b>Código de referência</b>	PT/CMSNS/ADC/H/A/19
<b>Título</b>	<b>Registo de armas de caça</b>
<b>Datas extremas</b>	1931 – 1939
<b>Nível de descrição</b>	Série
<b>Dimensão e suporte</b>	Um caderno
<b>História administrativa/biográfica</b>	O registo das armas de caça era obrigatório de acordo com o parágrafo único do artigo 52º do decreto nº 18:754 de 16 de Agosto de 1930. Esta função faz parte das atribuições do administrador no âmbito da segurança pública.
<b>Âmbito e conteúdo</b>	Cada registo contém um número de ordem (atribuído a cada registo em cada ano), a data, a idade, a profissão, a morada, a qualidade da arma e as suas características (sistema de carregamento, número de canos, calibre, fabricante, número da arma, número da ficha, número do bilhete de identidade e observações ou alterações do registo de cada proprietário de armas de caça.
<b>Sistema de organização</b>	Organização funcional e sub-ordenação cronológica.
<b>Condições de reprodução</b>	O acesso está restrito às condições de conservação dos documentos. O único meio de reprodução permitido é a digitalização.
<b>Características físicas e requisitos técnicos</b>	O papel está a acidificar e apresenta manchas. A capa do caderno tem rasgões e roturas provocadas pelo uso.
<b>Notas</b>	O caderno está preenchido até à página vinte e um.
<b>Nota do arquivista</b>	Sandra Patrício
<b>Regras ou convenções</b>	ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. 2ª edição.
<b>Data da descrição</b>	2007-01-25
<b>Descritores</b>	Arma de caça / Registo / Registo de armas de caça/Tipologia Documental
<b>Cota</b>	H/D11/D/5
<b>Classificação</b>	ADC.A.19.

## 20- Registo de trocas, vendas ou cedências de armas de caça

<b>Código de referência</b>	PT/CMSNS/ADC/H/A/20
<b>Título</b>	<b>Registo de trocas, vendas ou cedências de armas de caça</b>
<b>Datas extremas</b>	1931 – 1942
<b>Nível de descrição</b>	Série
<b>Dimensão e suporte</b>	Um caderno.
<b>História administrativa/biográfica</b>	A legislação republicana conferiu ao Administrador do Concelho a função de registo dos movimentos das armas de caça, defesa e recreio, no âmbito da segurança e ordem públicas.
<b>Âmbito e conteúdo</b>	Cada registo é numerado (número de ordem), contém a data de entrada, a data do ofício de referência, dados referentes ao vendedor (nome, morada) número da licença, número da ficha, dados referentes ao comprador (nome, morada), número da licença, número da ficha, e características da arma (número de canos, marca, número da arma, calibre, qualidade).
<b>Sistema de organização</b>	Organização funcional e sub-ordenação cronológica.
<b>Características físicas</b>	O papel está a acidificar. A capa do caderno tem rasgões e roturas provocadas pelo uso.
<b>Condições de reprodução</b>	O acesso está restrito às condições de conservação dos documentos. O único meio de reprodução permitido é a digitalização.
<b>Notas</b>	O caderno está preenchido até à página três.
<b>Nota do arquivista</b>	Sandra Patrício
<b>Regras ou convenções</b>	ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. 2ª edição.
<b>Data da descrição</b>	2007-01-25
<b>Descritores</b>	Arma de caça / Registo de armas de caça
<b>Cota</b>	H/D11/D /5
<b>Classificação</b>	ADC.A.20

21- Registo de trocas, vendas ou cedências de armas de defesa

<b>Código de referência</b>	PT/CMSNS/ADC/H/A/21
<b>Título</b>	<b>Livro de Registo de trocas, vendas ou cedências de armas de defesa</b>
<b>Datas extremas</b>	1932/08/25 - 1932/08/25
<b>Nível de descrição</b>	Série
<b>Dimensão e suporte</b>	Um caderno.
<b>História administrativa/biográfica</b>	A legislação republicana conferiu ao Administrador do Concelho a função de registo dos movimentos das armas de caça, defesa e recreio, no âmbito da segurança e ordem públicas.
<b>Âmbito e conteúdo</b>	Cada registo contém um número de ordem, a data da entrada, o número da ofício da referência, dados referentes ao vendedor (nome, morada), número da licença, número da ficha, dados referentes ao comprador (nome e morada), número da licença, número da ficha, características da arma (número de canos, marca, número de arma, calibre, qualidade).
<b>Características físicas</b>	O papel está a acidificar. A capa do caderno tem rasgões e roturas provocadas pelo uso.
<b>Condições de reprodução</b>	O acesso está restrito às condições de conservação dos documentos. O único meio de reprodução permitido é a digitalização.
<b>Notas</b>	O caderno contém apenas dois registos.
<b>Nota do arquivista</b>	Sandra Patrício
<b>Regras ou convenções</b>	ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. 2 <sup>a</sup> edição.
<b>Data da descrição</b>	2007-01-25
<b>Descritores</b>	Arma de defesa / Registo de armas
<b>Cota</b>	H/D11/D
<b>Classificação</b>	ADC.A.21.

## 22- Cadernetas militares

<b>Código de referência</b>	PT/CMSNS/ADC/H/A/22
<b>Título</b>	<b>Cadernetas Militares</b>
<b>Datas extremas</b>	1896 –1959
<b>Nível de descrição</b>	Série
<b>Dimensão e suporte</b>	Cento e vinte e seis cadernetas.
<b>História administrativa/biográfica</b>	O recenseamento e recrutamento militares fazem parte das atribuições do Administrador do Concelho desde a legislação liberal, no âmbito da defesa nacional.
<b>Âmbito e conteúdo</b>	As cadernetas militares servem como documento de identificação dos soldados. Contêm dados referentes a cada soldado no que se refere à sua identificação (nome, filiação, doenças, características físicas, formação escolar, fotografia) e percurso militar (formação, percurso disciplinar, fardamento, deslocações pelo território nacional, conta dos vencimentos. Esta documentação permite caracterizar fisicamente a população masculina portuguesa, avaliar o seu grau de escolarização e o avanço dos serviços de saúde.
<b>Sistema de organização</b>	Organização funcional e sub-ordenação cronológica.
<b>Condições de reprodução</b>	O acesso está restrito às condições de conservação dos documentos. O único meio de reprodução permitido é a digitalização.
<b>Notas</b>	A partir do século XX as cadernetas apresentam o formato A5. Até esse período apresentam um formato A4.As cadernetas foram cosidas e algumas capas sofreram pequenos trabalhos de restauro.
<b>Nota do arquivista</b>	Sandra Patrício
<b>Regras ou convenções</b>	ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. 2 <sup>a</sup> edição.
<b>Data da descrição</b>	2007-01-25
<b>Descritores</b>	Cadernetas militares / Recenseamento militar
<b>Cota</b>	H/D11/D /6
<b>Classificação</b>	ADC.A.22.

### 23- Registo dos testamentos públicos do concelho de Sines

<b>CÓDIGO DE REFERÊNCIA</b>	PT/CMSNS/ADC/H/A/23
<b>Título</b>	<b>Registos dos testamentos públicos do concelho de Sines</b>
<b>Datas extremas</b>	1840 –1935
<b>Nível de descrição</b>	Série
<b>Dimensão e suporte</b>	Dez livros de registo e quatro documentos simples.
<b>História administrativa/biográfica</b>	O registo de testamentos é uma das atribuições do administrador do concelho desde o período liberal e a mais antiga série deste arquivo. No Código Administrativo de 1896, por exemplo, no artigo 276º, parágrafos 17º e 18º, esclarece-se que cabe ao administrador do concelho abrir e registar os testamentos em conformidade com o Código Civil; receber as escusas dos testamentários e o cumprimento dos legados pios.
<b>Âmbito e conteúdo</b>	O registo dos testamentos faz-se a partir do testamento original. Os registos do século XIX incluem somente a transcrição do documento original. Contudo, o registo do século XX inclui um sumário do acto em que se refere o nome, a data de óbito, o estado conjugal, a residência e a ocupação do testador e os seus herdeiros. Após o sumário regista-se o testamento original e assinala-se o envio de uma cópia para a Repartição de Finanças. Os testamentos públicos são actos pessoais, unilaterais e revogáveis, distinguem-se dos testamentos cerrados por serem escritos pelo notário no seu livro de notas, na presença de testemunhas e de acordo com as formalidades exigidas por lei.
<b>Sistema de organização</b>	Ordenação funcional e sub-ordenação cronológica e por tipologia documental, no caso das subséries.
<b>Condições de reprodução</b>	O acesso está restrito às condições de conservação dos documentos. O único meio de reprodução permitido é a digitalização.
<b>Notas</b>	O livro mais antigo (1840-1842), perdeu as capas e as tintas são demasiado ácidas para o papel.
	O segundo livro (1842-1849) apresenta uma capa de cartão.
	Os restantes livros estão encadernados com tecido e em relativo bom estado de conservação.
	As datas predominantes são 1840-1855; 1914-1935. Justificam-se pela extinção do concelho entre 1855 e 1914, quando o cargo do administrador do concelho de Sines foi extinto também.



<b>Nota do arquivista</b>	Sandra Patrício.
<b>Regras ou convenções</b>	ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. 2ª edição.
<b>Data da descrição</b>	2007-01-25
<b>Descritores</b>	Tipologia Documental / Testamento / Testamento Público / Registo de testamentos
<b>Cota</b>	H/D11/D
<b>Classificação</b>	ADC.A.23.

*Descrição das subdivisões da série Registo dos Testamentos Públicos*

**23.1. Registo dos testamentos cerrados do concelho de Sines**

<b>CÓDIGO DE REFERÊNCIA</b>	PT/CMSNS/ADC/H/A/23/A
<b>Título</b>	<b>Registo dos testamentos cerrados do Concelho de Sines</b>
<b>Datas extremas</b>	1914 –1935
<b>Nível de descrição</b>	Subsérie
<b>Dimensão e suporte</b>	Um caderno.
<b>Âmbito e conteúdo</b>	Os testamentos são actos pessoais, unilaterais e revogáveis pelos quais uma pessoa dispõe, para depois da morte, os seus bens. Os testamentos cerrados são manuscritos e assinados pelo testador ou por outra pessoa a seu pedido, ou manuscritos por outrem e assinados pelo testador. O notário confere-lhe autenticidade. Uma pessoa analfabeta não pode produzir um testamento cerrado.
	O primeiro registo inicia-se pela transcrição do testamento cerrado, seguindo-se do auto de aprovação do testamento e da transcrição das assinaturas das testemunhas.
	Os seguintes registos, numerados, contêm somente o auto de aprovação do testamento, autenticado por estampilhas fiscais e a assinatura do administrador do concelho, o apresentante do testamento, as testemunhas e o secretário da Administração do Concelho. Destes registos não constam as transcrições dos testamentos.
<b>Sistema de organização</b>	Os registos foram redigidos por ordem cronológica e foi-lhes atribuída uma numeração sequencial.
<b>Condições de reprodução</b>	O acesso está restrito às condições de conservação dos documentos. O único meio de reprodução permitido é a digitalização.
<b>Notas</b>	O caderno está preenchido até à página sete.
<b>Regras ou convenções</b>	ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. 2ª edição.
<b>Data da descrição</b>	2007-01-26
<b>Descritores</b>	Testamento cerrado / Registo / Testamento/Registo de Testamentos Cerrados/Tipologia Documental
<b>Cota</b>	H/D11/E/3
<b>Classificação</b>	ADC.A.23.A

### 23.b. Cópias dos testamentos

<b>CÓDIGO DE REFERÊNCIA</b>	PT/CMSNS/ADC/H/A/23/B
<b>Título</b>	<b>Cópias de testamentos</b>
<b>Datas extremas</b>	1841 –1935
<b>Nível de descrição</b>	Sub-serie
<b>Dimensão e suporte</b>	Onze documentos.
<b>Âmbito e conteúdo</b>	Esta subsérie contém as cópias dos testamentos públicos registados nos livros de testamentos. Contém o sumário de cada acto, a respectiva transcrição e a assinatura do secretário da Junta da Paróquia ou o Administrador do Concelho.
<b>Sistema de organização</b>	Organização funcional e sub-ordenação cronológica.
<b>Condições de reprodução</b>	O acesso está restrito às condições de conservação dos documentos. O único meio de reprodução permitido é a digitalização.
<b>Notas</b>	As datas predominantes são 1841-1850; 1914;1935.
<b>Regras ou convenções</b>	ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. 2 <sup>a</sup> edição.
<b>Data da descrição</b>	2007-01-26
<b>Descritores</b>	Testamento / Testamento Público
<b>Cota</b>	H/D11/E/3
<b>Classificação</b>	ADC.A.23.B

### 23.c. Certidões de óbito

<b>Código de referência</b>	PT/CMSNS/ADC/H/A/23/C
<b>Título</b>	Certidões de óbito
<b>Datas extremas</b>	1916 – 1934
<b>Nível de descrição</b>	Subsérie
<b>Dimensão e suporte</b>	Três documentos simples.
<b>Âmbito e conteúdo</b>	As certidões de óbito são registadas no registo civil e passadas por um notário. É um documento essencial à abertura de um testamento cerrado. Cada certificado contém a data e circunstâncias de morte do sujeito, a sua filiação e estado civil. Consta ainda da certidão a existência de testamento e os respectivos beneficiados. Contém estampilhas fiscais e a assinatura do notário ou seu ajudante.
<b>Sistema de organização</b>	Organização funcional e sub-ordenação cronológica.
<b>Condições de reprodução</b>	O acesso está restrito às condições de conservação dos documentos. O único meio de reprodução permitido é a digitalização.
<b>Notas</b>	As datas predominantes são 1916; 1919; 1934.
<b>Regras ou convenções</b>	ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. 2ª edição.
<b>Data da descrição</b>	2007-01-26
<b>Descritores</b>	Certidão de óbito / Certidão/Tipologia Documental
<b>Cota</b>	H/D11/D
<b>Classificação</b>	ADC.A.23.C

### 23.d. Auto de abertura de um testamento cerrado

<b>Código de referência</b>	PT/CMSNS/ADC/H/A/23/D
<b>Título</b>	<b>Auto de abertura de um testamento cerrado</b>
<b>Datas extremas</b>	1915 – 1915
<b>Nível de descrição</b>	Subsérie
<b>Dimensão e suporte</b>	Um documento simples.
<b>Âmbito e conteúdo</b>	Documento comprovativo da abertura do testamento cerrado de Francisco José da Costa Jobim, apresentado por Joaquim de Matos Coutinho. No auto o administrador do concelho declara que à data da abertura o documento não apresentava sinais de ter sido aberto ou viciado. Trata-se do auto de abertura do testamento dos fólhos 1 v- 4 do livro ADC/A/23/A.
<b>Condições de reprodução</b>	O acesso está restrito às condições de conservação dos documentos. O único meio de reprodução permitido é a digitalização.
<b>Regras ou convenções</b>	ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. 2 <sup>a</sup> edição.
<b>Data da descrição</b>	2007-01-26
<b>Descritores</b>	Testamento cerrado / Testamento / Jobim, Francisco José da Costa José / Coutinho, Joaquim de Matos/Tipologia Documental
<b>Cota</b>	H/D11/E/3
<b>Classificação</b>	ADC.A.23.D

### 23.5 Requerimento a solicitar o registo de um testamento

<b>CÓDIGO DE REFERÊNCIA</b>	PT/CMSNS/ADC/H/23/E
<b>Título</b>	Requerimento a solicitar a abertura de um testamento
<b>Datas extremas</b>	1923/02/01
<b>Nível de descrição</b>	Subsérie
<b>Dimensão e suporte</b>	Um documento simples.
<b>Âmbito e conteúdo</b>	Requerimento dirigido ao Administrador do Concelho por Benevenuto de Matos Guerreiro a solicitar o registo do testamento aberto de sua tia Francisca de Matos Guerreiro, viúva, proprietária, falecida no dia 1 de Fevereiro de 1923. O requerente é o herdeiro e testamentário da sua tia.
<b>Condições de reprodução</b>	O acesso está restrito às condições de conservação dos documentos. O único meio de reprodução permitido é a digitalização.
<b>Notas</b>	O testamento referido no documento está registado no livro ADC/A/23/8, no registo nº5, a fólios 13-15v.
<b>Regras ou convenções</b>	ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. 2ª edição.
<b>Data da descrição</b>	2007-01-26
<b>Descritores</b>	Testamento Público / Testamento / Guerreiro, Benevenuto de Matos / Guerreiro, Francisca de Matos/Requerimento/Tipologia Documental
<b>Cota</b>	H/D11/D
<b>Classificação</b>	ADC.A.23.E

## 24- Nota das faltas dadas pelos empregados

<b>CÓDIGO DE REFERÊNCIA:</b>	PT/CMSNS/ADC/H/24
<b>Título</b>	<b>Nota das Faltas dadas pelos Empregados</b>
<b>Datas extremas</b>	1914 – 1918
<b>Nível de descrição</b>	Série
<b>Dimensão e suporte</b>	Quatro maços.
<b>História administrativa/biográfica</b>	A legislação republicana atribui ao Administrador do Concelho competências no domínio do ensino, semelhantes às funções atribuídas pelos códigos administrativos liberais.
<b>Âmbito e conteúdo</b>	Esta série compõe-se por quadros preenchidos mensalmente pelo professor, que se destinam a registar a frequência dos professores. Cada quadro apresenta a categoria do professor, o nome, as faltas que não significam a perda de vencimento (por doença, impedimento legal) e faltas que determinam a perda de vencimento (não justificadas, entrada depois de encerrado o ponto, e saídas sem licença), observações e número de faltas total.
<b>Sistema de organização</b>	Ordenação funcional e sub-ordenação.
<b>Condições de reprodução</b>	O acesso está restrito às condições de conservação dos documentos. O único meio de reprodução permitido é a digitalização.
<b>Nota do arquivista</b>	Sandra Patrício
<b>Regras ou convenções</b>	ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. 2ª edição.
<b>Data da descrição</b>	2007-01-26
<b>Descritores</b>	Primeiro Ciclo do Ensino Básico / Professor/Serviços Públicos
<b>Cota</b>	H/D11/D
<b>Classificação</b>	ADC.A.24.

## 25- Mapa estatístico da frequência e aproveitamento dos alunos

<b>Código de referência</b>	PT/CMSNS/ADC/H/A/25
<b>Título</b>	Mapa Estatístico da frequência e aproveitamento dos alunos
<b>Datas extremas</b>	1914 – 1915
<b>Nível de descrição</b>	Série
<b>Dimensão e suporte</b>	Um maço.
<b>História administrativa/biográfica</b>	A legislação republicana atribui ao Administrador do Concelho competências no domínio do ensino, semelhantes às funções atribuídas pelos códigos administrativos liberais.
<b>Âmbito e conteúdo</b>	Esta série é constituída por vários quadros, preenchidos mensalmente pelo professor, acerca da frequência e aproveitamento dos alunos de ambos os sexos. Cada quadro contém a caracterização das salas de aula (superfície, lotação e cubagem), designação das classes, número de dias lectivos, movimento dos alunos (admissões, saídas, e matrículas), número de presenças, número de faltas, frequência e número de exames, nomes dos professores e ajudantes, faltas e observações. Esta série é relevante para o estudo do ensino e da educação na Primeira República.
<b>Sistema de organização</b>	Organização funcional e sub-ordenação cronológica.
<b>Condições de reprodução</b>	O acesso está restrito às condições de conservação dos documentos. O único meio de reprodução permitido é a digitalização.
<b>Nota do arquivista</b>	Sandra Patrício
<b>Regras ou convenções</b>	ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. 2ª edição.
<b>Data da descrição</b>	2007-01-26
<b>Descritores</b>	Educação / Primeiro Ciclo do Ensino Básico / Sucesso Escolar / Ensino
<b>Cota</b>	H/D11/D
<b>Classificação</b>	ADC.A.25.



## 26- Extinção das confrarias

<b>Código de referência</b>	PT/CMSNS/ADC/H/26
<b>Título</b>	<b>Extinção de Confrarias</b>
<b>Datas extremas</b>	1914 –1924
<b>Nível de descrição</b>	Série
<b>Dimensão e suporte</b>	Quatro maços.
<b>História administrativa/biográfica</b>	A Primeira República Portuguesa (1910-1926) caracterizou-se pela laicização da vida portuguesa a partir da acção do Estado. A Lei da Separação do Estado da Igreja (1911) significou a remissão da vida religiosa e da religião para a vida privada de cada cidadão. As confrarias e misericórdias vêm os seus bens nacionalizados e são transformadas em associações de beneficência. Somente a Confraria do Santíssimo Sacramento foi autorizada, em 6 de Fevereiro de 1914, segundo consta numa carta dirigida ao Administrador do Concelho pela mesma instituição em 18 de Julho de 1923, a prestar culto na vila. Esta associação, bem como a Misericórdia de Sines, contribuíam com um terço do seu rendimento, para actos de assistência, segundo o artigo 32º da Lei da Separação. Pelo orçamento do ano económico de 1921-22 sabe-se que a confraria concorria com mais de um terço dos seus rendimentos para o hospital de Sines.
<b>Âmbito e conteúdo</b>	Contém documentação acerca das confrarias extintas de Nossa Senhora da Conceição (Relação dos objectos e valores pertencentes à Confraria de Nossa senhora da Conceição), da Confraria do Santíssimo Sacramento (correspondência recebida) e Nossa Senhora das Salas (correspondência recebida).
<b>Sistema de organização</b>	Os documentos estão organizados de acordo com a confraria a que dizem respeito e sub-ordenados cronologicamente.
<b>Condições de reprodução</b>	O acesso está restrito às condições de conservação dos documentos. O único meio de reprodução permitido é a digitalização.
<b>Notas</b>	As datas predominantes são 1914-1916; 1921-1924.
<b>Nota do arquivista</b>	Sandra Patrício
<b>Regras ou convenções</b>	ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. 2ª edição.
<b>Data da descrição</b>	2007-01-31

<b>Descritores</b>	Assistência social / Santa Casa da Misericórdia de Sines / Confraria do Santíssimo Sacramento de Sines / Confraria de Nossa Senhora da Conceição
<b>Cota</b>	D11/1/E/4
<b>Classificação</b>	ADC.A.26.

## 27. Queixas e reclamações

<b>Código de referência</b>	PT/CMSNS/ADC/H/A/27
<b>Título</b>	<b>Queixas e reclamações</b>
<b>Data (s)</b>	1921 – 1928
<b>Nível de descrição</b>	Série
<b>Dimensão e suporte</b>	Um maço.
<b>História administrativa/biográfica</b>	O Administrador do Concelho de Sines tem como função a segurança pública e a conseqüente manutenção da ordem. Esta série contém várias participações de munícipes acerca de lesões contra o seu património ou o seu bom nome, para que o Administrador tomasse as devidas decisões.
<b>Âmbito e conteúdo</b>	A série contém participações de munícipes acerca do comportamento lesivo de terceiros, como o pagamento atrasado de rendas e foros, pequenos roubos, discussões e altercações, bem como conflitos entre vizinhos. O Administrador do Concelho intervinha no sentido da resolução amigável dos conflitos, ora com os próprios ora recorrendo ao juiz de paz. Contém ainda requerimentos a desistir das queixas feitas.
<b>Sistema de organização</b>	Ordenação funcional e sub-ordenação cronológica.
<b>Condições de reprodução</b>	O acesso está restrito às condições de conservação dos documentos. O único meio de reprodução permitido é a digitalização.
<b>Notas</b>	Os documentos contêm os despachos do Administrador a lápis.
<b>Nota do arquivista</b>	Sandra Patrício
<b>Regras ou convenções</b>	ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. 2ª edição.
<b>Data (s) descrição(ões)</b>	2007-01-31
<b>Descritores</b>	Segurança Pública / Reclamação
<b>Cota</b>	H/D11/E/4
<b>Classificação</b>	ADC.A.27.

## 28- Direito de encarte

<b>CÓDIGO DE REFERÊNCIA</b>	PT/CMSNS/ADC/H/B/28
<b>Título</b>	<b>Direito de encarte</b>
<b>Datas extremas</b>	1916 –1918
<b>Nível de descrição</b>	Série
<b>Dimensão e suporte</b>	Um maço.
<b>História administrativa/biográfica</b>	Os funcionários da AC recebiam emolumentos vários. O montante assim constituído era dividido entre os dois funcionários, o Administrador e o secretário e servia para pagar vários impostos. Abatia-se uma quantia à fazenda nacional para a liquidação da contribuição industrial. Produzia-se um documento com as importâncias a pagar e a guia da importância paga. Esta documentação resulta dos pagamentos feitos pelos funcionários da Administração do Concelho.
<b>Âmbito e conteúdo</b>	Esta série contém a nota especificada dos emolumentos e despesas forçadas da Administração do Concelho, documento em que constava um quadro com os nomes e as funções dos funcionários e as importâncias recebidas; contém ainda uma guia de pagamento das importâncias a liquidar pelos funcionários dos impostos devidos.
<b>Sistema de organização</b>	Organização funcional e sub-ordenação cronológica.
<b>Condições de reprodução</b>	O acesso está restrito às condições de conservação dos documentos. O único meio de reprodução permitido é a digitalização.
<b>Notas</b>	As guias contidas nesta série são duplicados.
<b>Nota do arquivista</b>	Sandra Patrício
<b>Regras ou convenções</b>	ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. 2ª edição.
<b>Data (s) descrição(ões)</b>	2007-01-31
<b>Descritores</b>	Tipologia Documental / Despesa / Direito de encarte
<b>Cota</b>	H/D11/E/5
<b>Classificação</b>	ADC.B.28.

29 - Registo da receita e despesa dos emolumentos cobrados de licenças

<b>Código de referência</b>	PT/CMSNS/ADC/H/B/29
<b>Título</b>	<b>Registo da receita e despesa dos emolumentos cobrados de licenças</b>
<b>Datas extremas</b>	1916 – 1932
<b>Nível de descrição</b>	Série
<b>Dimensão e suporte</b>	Dois livros.
<b>História administrativa/biográfica</b>	Os funcionários têm direito a emolumentos pessoais em virtude do exercício de funções notariais e de julgamento e colaboração. Sobre o total dos emolumentos recebidos recaía a contribuição industrial, no valor de 17%. O restante era dividido pelos funcionários da Administração do Concelho: o Administrador e o secretário.
<b>Âmbito e conteúdo</b>	Cada registo, feito mensalmente, contém os pagamentos recebidos, o valor da contribuição industrial e a quantia recebida por cada funcionário. Os funcionários comprovam, no próprio registo, que receberam a quantia através de uma assinatura sobre uma estampilha fiscal.
<b>Sistema de organização</b>	Organização funcional e sub-ordenação cronológica.
<b>Condições de reprodução</b>	O acesso está restrito às condições de conservação dos documentos. O único meio de reprodução permitido é a digitalização.
<b>Nota do arquivista</b>	Sandra Patrício
<b>Regras ou convenções</b>	ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. 2ª edição.
<b>Data da descrição</b>	2007-02-01
<b>Descritores</b>	Despesa / Registo / Registo da receita e da despesa / Receita
<b>Cota</b>	H/D11/1/E/5
<b>Classificação</b>	ADC.B.29.

### 30- Autorizações de pagamentos

<b>Código de referência</b>	PT/CMSNS/ADC/H/B/30
<b>Título</b>	Autorizações de pagamentos
<b>Data (s)</b>	1920 – 1929
<b>Nível de descrição</b>	Série
<b>Dimensão e suporte</b>	Dois maços.
<b>Âmbito e conteúdo</b>	Cada folha de pagamento contém um número de ordem, categorias profissionais, nomes de funcionários, data do diploma da nomeação, data de data de diploma de exoneração, total dos vencimentos mensais, número dos dias com direito a abono, importância da melhoria de vencimento e observações.
<b>Sistema de organização</b>	Ordenação funcional e sub-ordenação cronológica.
<b>Condições de reprodução</b>	O acesso está restrito às condições de conservação dos documentos. O único meio de reprodução permitido é a digitalização.
<b>Nota do arquivista</b>	Sandra Patrício
<b>Regras ou convenções</b>	ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. 2ª edição.
<b>Data da descrição</b>	2007-02-01
<b>Descritores</b>	Tipologia Documental / Autorizações de pagamentos / Despesa
<b>Cota</b>	H/D11/E/5
<b>Classificação</b>	ADC.B.30.

### *Índice ideográfico*

<b><i>Assunto</i></b>	<b><i>Páginas</i></b>
Abastecimento	7
Administração Local	7-10
Administração do Concelho de Sines	7-10
Alvará	14
Armas de caça	28-29
Armas de defesa	30
Assistência Social	41-42
Associação	23
Autorizações de pagamento	25,46
Caça	24
Cadastro	17
Cadernetas militares	31
Carro de transporte	15
Certidão	36
Certidão de óbito	36
Confraria do Santíssimo Sacramento, Sines	41-42
Confraria de Nossa Senhora da Conceição	41-42
Correspondência	12,21
Correspondência confidencial	21
Correspondência Expedida	11
Correspondência Recebida	10,20
Despesa	25,44-46
Direito de Encarte	44
Edital	7,13,22
Educação	40
Ensino	9,40
Liberalismo	7-9
Licença	16,23-24
Licença de uso e porte de arma	24
Primeiro Ciclo do Ensino Básico	39-40
Professor	39
Receita	45
Recenseamento militar	26-27,31
Reclamação	43
Registo	13,15-

	18,26,28,45
Registo de armas	28,30
Registo de armas de caça	28-29
Registo de correspondência	10-11
Registo de receita e despesa	45
Registo de testamentos	32-34
Registo dos testamentos cerrados	34
Requerimentos	38
Santa Casa da Misericórdia de Sines	41-42
Saúde Pública	18,22
Segurança Pública	7-9,17,43
Serviços Públicos	28-30,39
Sucesso Escolar	40
Taxa militar	27
Telegrama	12
Testamento	9, 32- 33,35,37-38
Testamento cerrado	34,37
Testamento público	32-33,35,38
Tipologia Documental	9-14,16,19- 22-24-32- 34,36- 37,44,46
Viatura	15



*Índice onomástico*

Benevenuto de Matos Guerreiro 38

**USE**

Guerreiro, Benevenuto de Matos 38

Francisca de Matos Guerreiro

**USE**

Guerreiro, Francisca de Matos 37

Francisco José da Costa Jobim

**USE**

Jobim, Francisco José da Costa 37

Joaquim de Matos Coutinho

**USE**

Coutinho, Joaquim de Matos



Sines Centro de Artes

*Índice de Nomes de Associações*

Centro Recreativo Sineense	23
Clube Oceano	23
Sociedade Recreativa Sineense	23

### ***Bibliografia***

- ALEGRE, Cipriano Simões - Código Administrativo . Decreto-Lei nº 31095 de 31 de Dezembro de 1940 seguido de um repertório alfabético elaborado por Cipriano Simões Alegre e actualizado por Mário Artur Mendes Costa Santos. 9ª edição. Anadia: Cisial Editora, 1972.
- BAPTISTA, Isabel [documento policopiado] – *Arquivo Histórico: Catálogo*. 1ª edição. Sines: Câmara Municipal de Sines, 1985. Disponível na Biblioteca de Referência do Arquivo Histórico Municipal de Sines.
- CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS – *ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística: adoptada pelo Comité de Normas de Descrição, Estocolmo: Suécia, 19-22 de Setembro de 1999*; tradução Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo do IAN/TT. 2ª Ed. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2004. ISBN 972-8107-69-2.
- INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO - *Orientações Para a Descrição Arquivística*. 1ª Versão. Lisboa: IAN/TT, 2006. ISBN 972-8107-88-9.
- MATTOSO, José, dir. ANACLETO, Regina, *História de Portugal. O Liberalismo (1807-1890)*. 1ª edição. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. 972-333-1261-5.
- MOTTA, Jayme Arthur - Código Administrativo aprovado por carta de lei de 4 de Maio de 1896. 2ª Edição. Coimbra: França Amado, 1909.
- NP 405-1: 1994. Informação e documentação. Referências bibliográficas: documentos impressos.